

# FORJAR O REGRESSO do anarquismo

por

JORGE LEANDRO ROSA



separata  
*A Ideia*, n.º 81/83  
2017

## Há ainda uma acção anarquista?

O texto de José Pedro Zúquete pergunta se “o anarquismo está de volta”, [*Análise Social*, n.º 221, Outono, 2016]. Colocando a questão desse modo, o investigador manifesta a sua preocupação em tornar observável e caracterizável uma multitude de posições e situações. Espinhosa tarefa, já que sabemos quanto o anarquismo corre nos interstícios das situações e aí reinventa a sua história restrita (r), o que torna dificilmente atribuível uma herança que possa vir a ser legitimada pelos “novos anarquistas”. Esse regresso, sustentado como parece estar por uma concepção bipolar de ordem e caos, parece-nos difícil de sustentar, já que não se diz aqui uma única palavra sobre as mutações dessa polarização na anarquia, sobre a sua inoperância. A reinvenção intersticial do anarquismo só muito fragmentariamente está contemplada nesse texto, e em grande medida tal deve-se ao pressuposto contido no seu título. Pedindo que algo regresse para que a sua existência possa voltar a colocar-se, a pergunta toma o signo “anarquismo” como uma entidade moral e metafísica. Perguntas como esta foram adequadamente descritas por Baudrillard como modos de uma “ressurreição total do real” (2), processos pelos quais podemos intuir facilmente qual será a autenticidade de um significado colocado para além das vicissitudes que os significantes sofreram. O “regresso” é sempre um meio para fixar um sentido que subsiste através das peripécias semiológicas e históricas que atravessa. Algo transborda, reconhece Zúquete, mas será preciso que um marcador original acompanhe esse derrame. Veremos como o problema dos marcadores acabará por ser parte do problema da identificação dos anarquistas, a marca de uma tentação genética na sua identificação.

Seria caso para nos interrogarmos mais longamente sobre a curiosa construção do “voltar”. O que está de volta e esteve “onde” durante a sua ausência? põe sempre o problema da identidade de forma agudizada: que transformações sofreu durante a sua ausência? Que exercício de rememoração ou de reabilitação foi necessário para que continuasse a ser o mesmo de antes? Mas a pergunta pelo regresso não denota apenas a metafísica do sujeito, mas também a própria metafísica do tempo político. Subsiste uma convicção de que toda a política recobre um fundo simbólico resiliente, que está sempre pronto a tomar as rédeas dos acontecimentos. Hoje, há uma notória instabilidade na hipertrofia das reconstruções simbólicas, o que explica a proliferação de regressos a que assistimos, e a que Zúquete vem reunir o anarquismo. A sua pergunta implica a colocação do anarquismo no fundo habitual (se não supostamente eterno) do discurso sobre o poder. Ela é colocada neste tempo de pequenas e grandes proclamações de regressos, este que é, paradoxalmente, um tempo em que os regressos são constantemente fabricados pela maquinaria comunicacional e entram no fluxo do consumo quotidiano. E esse fluxo de coisas e ideias que voltam é uma parte da cadeia de consumo simbólico, como se aí houvesse uma fonte significativa da nossa situação e uma funcionalização constante do nosso sistema sócio-simbólico. “Tudo o que se apresenta sob a forma do regresso está, em princípio,

fechado sobre si mesmo” (3), disse Jean-Luc Nancy. Esse fechamento pressupõe um princípio de identidade subsistente, mas também uma resistência ao mundo a que o regressado vem. Daqui decorre, parece-nos, a insistência de Zúquete na caracterização da violência anarquista.

Longe de se constituir como organização de uma produção/consumo do simbólico, a experiência libertária sempre foi feita de práticas e ideias regressadas, mas quase sempre inapercebidas como tal, diluídas no quotidiano em virtude da sua fraca resistência aos contextos. Havendo uma dimensão violenta na anarquia, esta não parece tornar-se o movimento simbólico da reconstrução de uma situação. Partindo dessa asserção, verificamos que os regressos mais favoráveis à anarquia parecem ser sempre aqueles que, pela sua aparente banalidade, são apropriados por movimentos informais, grupos e indivíduos, transfigurando a sua própria historicidade: é acidentalmente que regressam até nós, mas não é acidental a sua reactualização, processo fulcral do anarquismo, já que recorre aos materiais heteróclitos que a vida em comum disponibiliza. A violência anarquista pode ser entendida como uma fisicalidade, mas não segundo o modelo daquela que serve uma ideia que dela se possa desligar: a acção directa anarquista “é uma política [...] em favor de intervenções físicas contra o poder do Estado, numa forma que por si mesma prefigura uma alternativa” (4). A anarquia lança-se *na* situação, o que significa que é em direcção à carência que um projecto pode aí ser descortinado, não pela preservação de um núcleo patrimonial que seja vertido sobre as situações.

Tal como é evocada no artigo de Zúquete, a anarquia perde de vista a dificuldade que é inerente ao seu questionamento do valor, incluindo o valor do regresso que aí lhe é atribuído; aí, ela arrisca perder-se na valorização absoluta de uma acção directa que parece estar assim de regresso. Dizê-lo não significa que não vejamos a pertinência do *confronto* táctico dos *Black Blocs* por ele evocados: afrontar os guardiões da ordem social e económica tem e sempre terá uma verdade própria. Destruir a propriedade corresponde a uma longa linhagem de combates contra a dominação, algo a que o anarquismo nunca virou costas, e que teve um papel fundamental quer no anarquismo anabaptista do século XVI, quer no anarquismo luddita da Revolução Industrial. *Mas a possibilidade da destruição é hoje demasiado extensa e difundida para que a acção destrutiva não deva ser urgentemente repensada e mesmo reinventada* num imaginário libertário que se desloca velozmente nas novas circunstâncias. Quem pode concluir que é o anarquismo que está de regresso assistindo à coreografia de batalhas campais nas cidades europeias, norte-americanas e, por vezes, asiáticas? Conviria ter discutido antes se essas são as acções em que o *ethos* e a *praxis* anarquistas se reconhecem melhor hoje. Um Erri de Luca foi acusado pelo Estado italiano de apelo à sabotagem do estaleiro de construção da linha do TGV Lyon-Turim: o seu julgamento, que incidiu numa longa discussão sobre a semântica e a história da sabotagem, deveria interessar sobremaneira aos anarquistas e àqueles que tentam caracterizar o anarquismo de hoje.

Conviria que os anarquistas não caíssem na tentação da *necessidade* de um regresso, do seu regresso, imaginário guerreiro que destruiu as lutas sociais ao longo do último século. O movimento do regresso é politicamente um modo de assombrar e capturar as escolhas. Os regressos necessários estão tomados pelo seu desejo de ponto de vista, desejam, a todo o custo, poder “ver” a inteira sequência do seu movimento. É verdade que é necessário apoiar gestos de afrontamento indomável que venham perturbar a mercantilização imparável dos espaços de vida. Mas trata-se aí de uma dinâmica determinada pelas próprias linhas de espaços que resistem à apropriação, não de uma convocação do destino histórico e das suas escalas de sentido, algo que marca a natureza temporal da guerra. Aí, o anarquismo recupera a subversão do ordenamento espacial da dominação, incluindo a perturbação do tráfego, a ocupação das

casas devolutas, a destruição de automóveis, a destruição de culturas OGM, a sabotagem do turismo, a irrupção em espaços do poder, etc. A linhagem histórica é o fio do poder, e é esse que é urgente cortar cerce. Provocando “acidentes” públicos sucessivos, a acção directa, não-violenta ou violenta, situa-se no campo da espacialidade e contribui para dar a perceber quão falsificada é a estruturação das nossas existências. Mas o acidente nunca é uma fatalidade identitária nem é determinado por algum valor absoluto, como tende a ser aquele da guerra. Transformar a acção directa numa guerra é já substituir a dimensão libertária da acção colectiva pelo tacticismo e dirigismo. Ao contrário, a acção directa deve retirar ao opositor os meios para transformar o confronto num estado de guerra, ele que é, enquanto parte do Estado, instrumento permanente da declaração de guerra interna.

É o suposto regresso do anarquismo uma necessidade do tempo e da situação em que vivemos? Tratar-se-ia, nesse caso, de um renovado recurso a uma “forma diferente de conceber e estabelecer as relações sociais entre as pessoas” (5)? É grande a tentação de ler historicamente o anarquismo, quer como uma longa cadeia de práticas de resistência que reemergem aqui e ali, quer como uma construção epocal que teve um certo apogeu e agora se retirou para as margens da história. Zúquete prefere definir historicamente o anarquismo como uma realidade cíclica, que reaparece agora no mundo ocidental sob as roupagens da “alter-globalização”, e que tem mesmo o seu renascimento simbólico na “batalha de Seattle” de 1999 (6). A partir daí, a visibilidade do anarquismo teria sido sustentada por acções directas que colocam na ordem do dia o “anarquismo de insurreição” (7). Permita-se-nos questionar essa visão através de duas ordens de ideias: em primeiro lugar, Zúquete limita-se a descrever a acção insurreccional mais pontual, mediatizada e dependente da produção da acção directa; em segundo, resume o debate estratégico dos anarquistas ao dilema histórico entre violência e não-violência, descartando inúmeras dimensões fundamentais desse debate. Estamos em crer que essa não terá sido a sua postura, mas não podemos deixar de notar, ao lê-lo, que Zúquete parece assumir o ponto de vista do espectador televisivo que vê os anarquistas entrarem-lhe em casa sempre que se dão certas reuniões do G7 ou do G20. Ou seja, esse espectador, completamente focalizado na “verdade visual”, integra a mimese geral dos rituais do poder, esses rituais em que o poder político vai reiterando a sua aliança com o poder económico, financeiro e tecnológico inerentemente invisíveis através do seu dispositivo de encenação da ordem/desordem. O anarquismo socialmente interventivo dos nossos dias não tem espaço nos *media*: é aquele que participa activamente nos movimentos de renascimento rural, nas cooperativas urbanas, nos movimentos pelo decrescimento, na recusa da escolarização, na resistência ao comércio global, na contestação à sociedade carbónica e em inúmeros outros movimentos.

Tal como é descrita no artigo de Zúquete, a anarquia aparece como um dispositivo combatente, com as suas tácticas e técnicas (embora nada seja dito sobre Ted Kaczynski, conhecido como o Unabomber, a carta-bomba é aí citada), apostado em abrir um estado de guerra com a “detestada civilização do domínio” (8). Já escrevemos noutro lugar (9) sobre a urgência que há em compreender e integrar a detestação que circula e se espiraliza ininterruptamente nas nossas sociedades. Mas a dominação é uma forma plástica da qual o anarquismo não tem uma teoria fundadora, ao contrário do marxismo, que possa ser inequivocamente relançada como representação da essência do sistema. A militarização da utopia é sempre problemática no anarquismo, como o provou a história da Guerra Civil em Espanha e a recusa da revolução social por parte dos republicanos não anarquistas. O texto de Zúquete ignora totalmente essa dimensão, não sublinhando que a “subversão paciente e contínua” (10) de que fala congrega,

antes do mais, dimensões existenciais, culturais, económicas e sociais. São essas que podem dar sentido à produção de “acidentes” no espaço público.

É portanto contra a natureza acidental de certos regressos que os poderes estabelecem a sua doutrina dos “regressos necessários”. Os regressos triunfais, que sempre acumularam toda a espécie de monstruosidades sobre as nossas existências, esmagando-as e reduzindo-as à impotência, renovam-se através do extermínio dos acontecimentos singulares, casuais, diferenciados e irrelevantes, tudo o que é irreconhecível para os projectos de ordenamento social. O triunfo de *um certo* regresso é a aniquilação do que poderia acontecer como *artesanía* das nossas vidas, a forma manufacturada em que o regresso — por ser inevitável que algo regresse continuamente — se assume como uma técnica entretecida na criação. Tudo o que regressa — seja o comunismo, o império, Deus, o sentido, a ordem, a igualdade, etc. — regressa de um lugar onde o devir havia sido contraído, como se fosse originalmente uma narrativa sumarizada da criação que possa ser de novo desdobrada e revisitada.

A simbologia do regresso pertenceu, antes da modernização do político, a uma ordem do mundo onde a indecisão social teve o seu papel na (des)ordem das coisas, por outras palavras, onde o jogo foi possível, inclusive nos seus movimentos contraditórios. O indecível pode ocorrer nas sociedades que pensam de acordo com alguma “visão do mundo” que teima em permanecer incrustada nas práticas antropológicas fundamentais, sempre colocadas diante de limites bem precisos, a que o anarquismo responde, não pela fundação de uma outra “visão do mundo”, mas pela junção de vozes dissemelhantes que falam a partir do interior das sociedades. A sociedade contemporânea, na medida em que reflete uma generalização técnica do poder, está antes apostada em erradicar essas representações e, consequentemente, os seus limites; rasura todas as suas incertezas inerentes, substituindo-as pela estruturação das previsibilidades, essas que só podem ser afectadas por aquilo que todos os *media* designam como “crises”, enquanto um outro conjunto de processos indutores de estabilidade as vai monitorizando e integrando. Aí, arrisca-se o anarquismo a ser convocado de cada vez que o dispositivo necessita de atribuir uma previsibilidade absoluta ao inimigo. O “terrorismo islâmico” tem vindo a cumprir esse papel, mas a sua disponibilidade é limitada quando se trata de retratar o inimigo interno.

### **Onde estão as necessidades do anarquismo?**

Um dos anarquistas mais decisivos e menos reconhecidos enquanto tal, Jacques Ellul, escreveu nos anos 1950: *Todos os movimentos revolucionários são representações burlescas da coisa ela mesma, mas isso não deve ser imputado à actividade de bonecreiros maquiavélicos. Esse fenómeno aparece naturalmente na interacção das técnicas humanas com os movimentos sociais que procuram exprimir instintos sociais básicos. A nossa análise poderia repetir-se para o pacifismo, o comunismo e todos os variados movimentos construídos para assegurar a paz ou a justiça social. Todos cabem no mesmo padrão e cumprem as mesmas funções. Alguns são deveras mais autênticos e mais “verdadeiros” do que outros porque expressam melhor a revolta humana, são portanto mais bem sucedidos a mostrar os dentes dos instintos sociais agressivos e a integrá-los na sociedade técnica [...]. Com a integração final do instintivo e do espiritual por meio dessas técnicas humanas, o edifício da sociedade técnica ficará completado.* (11)

Sendo certo que participa de muitos deles, o anarquismo não é um movimento social. É importante afirmá-lo. Não é sequer uma federação de movimentos sociais ou o seu corolário ideológico. O anarquismo é antes uma contínua desarticulação da tecnicização dos processos

e das necessidades sociais. Nessa perspectiva, o anarquismo não cabe numa categoria sociológica que possa integrá-lo entre os movimentos sociais que lutam por liberdades e direitos positivos. Pelo contrário, a grande tradição da liberdade negativa que o anarquismo transporta consigo retira-o a um conjunto de leituras morais e progressistas, no sentido tipificado do termo, o que torna maior a responsabilidade intelectual dos anarquistas, já que se colocam diante de ponto cego da soberania. Neste, a soberania deve abrir uma lucidez aberta ao esgotamento das construções significativas: diante da história do poder, a anarquia não se posiciona como esteio de uma das suas valências em detrimento de outras. Na era da técnica – e sobretudo na fase da antropogenia planetária – em que a sociedade humana, em vez de encontrar alguma finalidade, vai de encontro ao seu limite energético e ambiental, o anarquismo deve continuar longe dos jogos das finalidades, prestando antes uma atenção redobrada ao modo como os poderes vão, a partir daqui, tentar utilizar os limites de toda a ordem, para os quais nos haviam tentado cegar nos últimos 200 anos, a fim de novamente erguerem dispositivos que reorganizarão a prevalência do poder e dos poderosos. O trabalho teórico, mas também social, do anarquismo é um trabalho sobre a ilimitação do limite: como destruir o poder ilimitado que será reconstruído sobre a escassez, por um lado, e como abrir o limite planetário à ilimitação da persistência.

Tal como é representado no artigo de Zúquete, o anarquismo não terá tido uma história intelectual relevante, se excluirmos Réclus e Kropotkin, tendo antes andado tomado por muitas reflexões táticas e estratégicas. Essa impressão não é verdadeira, mas pode ser explicada pela forma teórica do anarquismo: a teoria anarquista não visa fornecer modelos que favoreçam a previsibilidade das situações, já que privilegia a singularidade destas. A história do anarquismo é eminentemente descontínua, tal como Georges Woodcock a caracteriza. Mais equívoca nos parecerá a sugestão de uma ciclicidade do anarquismo, o que favoreceria um seu entendimento segundo categorias de fluxo e refluxo que determinariam o acesso do movimento à actualidade. O anarquismo espacializa aquilo que os movimentos de matriz dialéctica remetem sistematicamente para a história, dando à anarquia uma configuração extensiva e não cumulativa. Daí que a permanência do anarquismo não possa ser apresentada como o prolongamento de uma história começada algures no passado: a anarquia é criadora, não de soluções de continuidade que preservam uma lógica inicial, mas de hiatos que funcionam como as irregularidades da superfície terrestre, já que nessas cesuras se produzem fenómenos diferentes, correntezas que vão transportando e caldeando os fenómenos. O hiato temporal torna-se, nele, uma geografia de istmos. O mesmo pode ser dito da tradição intelectual dos anarquismos, utilizando aqui um plural necessário. Aquilo que passa de um lado a outro dos debates são tanto processos visíveis para todos como processos subterrâneos que fazem parte de um diálogo a várias vozes: é a sua interligação que vai definindo o percurso do anarquismo.

Zúquete leu Colin Ward, dele citando uma passagem bem conhecida onde este compara a auto-organização da sociedade a uma semente debaixo da neve (12). Contudo, o artigo não chega a reflectir essa metáfora botânica nem o que nela transparece de várias dimensões do pensamento anarquista sobre os seres e a sua ontologia, começando pela capacidade de sustentar a subversão pela própria resiliência do existente. De igual modo, também não encontramos nenhuma referência ao debate entre o anarquismo do indivíduo e o anarquismo social. Ele é, contudo, essencial e define algo importante sobre as representações individuais e colectivas do anarquismo. Um texto muito conhecido de Murray Bookchin, *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*, tentou, no contexto dos anos 1990, recolocar a questão, criticando o que ele designava, então, como *individualist anarchism* (13). As posições

de Bookchin parecem estar longe de representar com suficiente amplitude esse debate, já que haveria que confrontá-las com pensadores como Godwin e outros. Mas, pelo menos, não ignoram inteiramente essa linha de discussão, o que, por si só, revela bem a caracterização caricatural do anarquismo que o artigo de Zúquete transporta consigo.

O texto de Bookchin é um sintoma do encontro do anarquismo com a entrada da civilização industrial num novo estádio do seu desenvolvimento, criando novos alvos da intervenção tecno-científica e novos mercados daí derivados. Não que um tal tema fosse estranho a Bookchin, já que ele era detentor de uma longa obra sobre a ecologia social e os limites da tecnologia. Mas Bookchin estava ainda muito próximo das posições de Mumford sobre a civilização tecnológica, construídas em torno da necessidade de a preservar, cerceando o seu impulso prometeico e desligando-a da sua vertente orientada para o domínio. Daí que ele dirija a sua crítica a anarquistas que, nesses anos, começam a pensar um “anarquismo ontológico” que se preparava já para dar resposta às novas dimensões do capitalismo. Epítetos como “pós-modernistas”, “niilistas” e “neoprimitivistas”, que no seu texto abundam, por muitos equívocos que transportem consigo, não deixam de referenciar um conjunto de posições incontornáveis no anarquismo contemporâneo.

Tornou-se evidente que Bookchin confundiu a ramagem com a floresta. “O anarquismo enquanto estilo de vida anticivilizacional [...] que marca as últimas décadas do século” (14) era, afinal, algo mais do que isso. Hoje, uma situação ecológica a tal ponto entrelaçada com a aceleração do mundo industrial torna manifesta a necessidade de um anarquismo capaz de pensar em profundidade as súbitas modificações das condições de vida partilhadas pelos humanos e não-humanos. Precisamos de um anarquismo capaz de ultrapassar a oposição entre escolha social e escolha existencial, já que a situação em que estamos joga intensamente com essa separação. A noção de escolha, ela mesma, está aqui em questão, já que a circulação capitalista chegou a um estádio onde o que é proposto é o auto-movimento generalizado, quer dizer, o estabelecimento de um *perpetuum mobile* em todas as actividades, incluindo a política; onde o movimento seja, simultaneamente, produção e consumo de mais movimento. Daí que o anarquismo necessite de integrar o gesto do activismo – que é sempre um movimento de resistência com o gesto em que ele mesmo se liberta do movimento geral. Essa integração, que já se situa para além do anarquismo, abre a anarquia.

Precisamos de uma anarquia decididamente pós-industrial, assim como o anarquismo necessita de sujeitos que se tornam participantes de processos ditos “naturais”, já que considerados sem sujeito. Precisamos de uma anarquia capaz de resistir à “heteromobilidade catastrófica” (Hans Jonas), assim como o anarquismo necessita de reconhecer e associar-se a inúmeras e diversas imobilizações. Precisamos, finalmente, de uma anarquia que não esteja dividida entre violência e não-violência – enquanto o anarquismo necessita de continuar a recusar a espectacularização da violência, seja a do poder ou seja aquela que lhe querem imputar.

---

#### Notas

1.) Seja ela, para só darmos dois exemplos, a herança proudhoniana ou a herança anarco-sindicalista. 2.) Cf. Baudrillard, *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. 70, 1995, p. 163. 3.) Nancy, *L'Oubli de la philosophie*, Paris, Galilée, 1986, p. 15. 4.) David Graeber, “The New Anarchists”, *New Left Review*, nº 13, 2002. 5.) Zúquete, “O Anarquismo está de volta?”, *Análise Social*, nº 221, 2016, p. 969. 6.) Cf. Zúquete, p. 971. 7.) Zúquete, p. 975. 8.) Zúquete, p. 981. 9.) Rosa, “A Posição Detestável. O Comunitarismo da Catástrofe”, *Nanocadernos*, n.º 1, Porto, Universidade do Porto, 2017. 10.) Zúquete, art. cit., p. 986. 11.) Ellul, *The Technological Society*, Nova Iorque, Vintage Books, 1964, p. 426. 12.) Cf. Zúquete, p. 968. 13.) Bookchin, *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*, São Francisco, AK Press, 1995 (disponível online em PDF: <https://libcom.org/library/social-anarchism-lifestyle-anarchism-murray-bookchin>). 14.) Bookchin, p.48.



distribuição gratuita